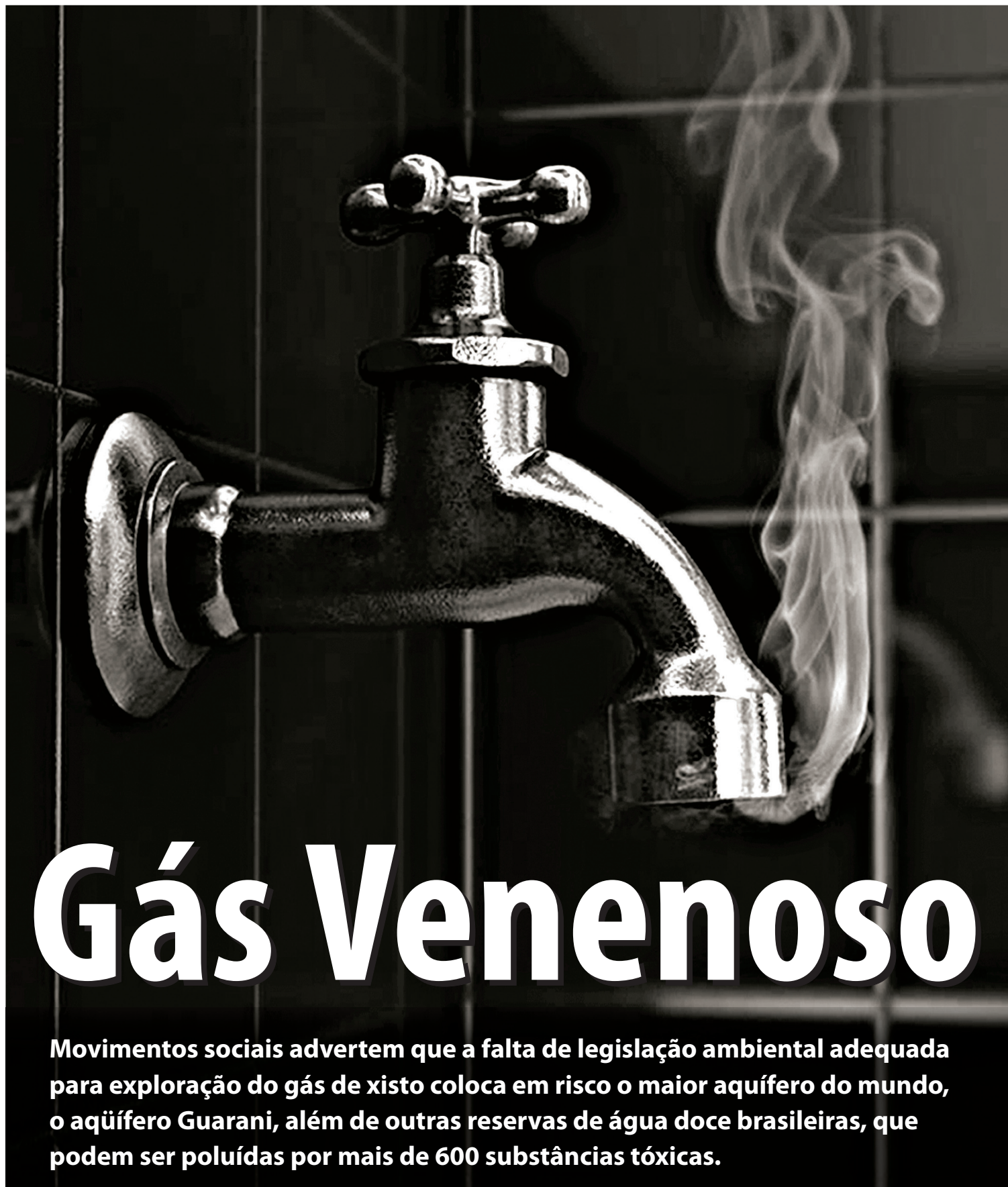


AEPET NOTÍCIAS

Edição 402 • Janeiro de 2014 • www.aepet.org.br • (21) 2277-3750 • Avenida Nilo Peçanha, 50 sala 2409 - Centro - RJ - CEP 20020-906

IMPRESSO ESPECIAL
CONT.Nº 9912292958
ECT/DR/RJ
AEPET



Gás Venenoso

Movimentos sociais advertem que a falta de legislação ambiental adequada para exploração do gás de xisto coloca em risco o maior aquífero do mundo, o aquífero Guarani, além de outras reservas de água doce brasileiras, que podem ser poluídas por mais de 600 substâncias tóxicas.

2 Vice-presidente da AEPET é homenageado por alunos da UFRJ

3 Petrobrás privilegia tecnologia estrangeira e encarece projeto

6 Entrevista: Para Carlos Lessa congelamento da gasolina é medida eleitoreira

8 Paulo Metri acusa multinacionais do petróleo de comprarem a mídia

Editorial

A descoberta do pré-sal foi um imenso bilhete premiado para o futuro energético do país. Com 60 bilhões de barris de petróleo garantidos, poderíamos planejar com calma e segurança como investir em outras importantes fontes de energia, como o gás natural. Contudo, para aplacar a fome das multinacionais do petróleo, o governo preferiu privatizar rapidamente nossas jazidas de gás e de petróleo e colocar o Brasil sob o risco de poluição das principais reservas de água potável.

A técnica de fraturamento hi-

dráulico, usada para explorar o gás de xisto, foi proibida ou posta em moratória em vários países do mundo. No Brasil, a Agência Nacional do Petróleo(ANP) optou por permitir, realizando a 12ª rodada, mesmo sem ter previsto as salvaguardas legais necessárias para proteger o meio ambiente. O leilão do gás só não foi um fracasso maior porque a Petrobrás adquiriu 49 dos 72 blocos que foram leiloados, apesar da ANP ter ofertado 240 blocos. Ou seja, somente foram arrematados 30% dos

blocos leiloados. A despeito da vontade manifesta do governo de seguir privatizando nossas reservas energéticas, as grandes petroleiras não entraram na disputa. A razão, segundo gente das próprias companhias: a falta de infraestrutura para escoar a produção.

O argumento é revelador. O cartel internacional do petróleo espera que o governo faça todo o investimento necessário para que reste à iniciativa privada apenas auferir os lucros da exploração. A surpresa da

ANP diante da pouca procura das jazidas ofertadas, também desvela uma característica importante da atuação do governo Dilma no setor: a de uma total falta de planejamento energético combinada com a falta de planejamento e investimentos estratégicos em infraestrutura no país. O governo espera tocar as políticas públicas a reboque dos investimentos definidos pelo cartel de grandes empresas, o que deve aumentar sua presença no país a partir da sucessão intermitente de rodadas de privatização do nosso petróleo. ●

Vice-presidente da AEPET é homenageado na UFRJ

O vice-presidente da AEPET, Fernando Siqueira, foi escolhido para ser paraninfo da primeira turma de Engenharia do Planejamento pertencente à Coordenação de Pós-graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro(COPPE-UFRJ). Durante a solenidade, no dia 12 de dezembro, Siqueira lembrou que a AEPET apoiou a realização do curso por reconhecer a importância para o país da formação de profissionais de excelência na área.

O vice-presidente da AEPET lembrou em seu discurso que o Brasil, apesar de seu enorme potencial, está sofrendo com a carência de planejamento adequado em diversos setores. “A AEPET teve a honra de sediar este curso. Eu tive o prazer de assistir algumas aulas, poucas, mas o suficiente para constatar a excelência do conteúdo do curso. Portanto, quero parabenizar o professor Cosenza e toda a sua equipe pelo excelente trabalho. É auspiciosa a formação de uma turma de especialistas em planejamento, no momento em que o país mais viável do planeta sofre por uma absoluta falta desse planejamento, gerando indicadores da péssima qualidade de governança(..)”, afirmou.



Fernando Siqueira destacou que a ausência de planejamento afeta diversos segmentos do país, tanto econômicos, quanto sociais. Para ele, a falta de um projeto de país adequado às nossas potencialidades prejudica decisivamente a qualidade de vida do nosso povo. “Temos um dos piores Índices de Desenvolvimento Humano da América Latina, que, se comparado com o resto do mundo, nos dará motivos para vergonha ainda maior. Na educação, base

primordial para se pensar em desenvolvimento, ficamos na 58ª posição entre 65 países, segundo avaliação feita pelo PISA, plano internacional de avaliação de alunos. Nossa educação foi mercantilizada e o ensino de qualidade só é acessível para quem pode pagar. Como o Brasil tem mais de 80% de pessoas que ganham menos de 3 salários mínimos, portanto não podendo pagar, o país perde mais de 80% da sua capacidade intelectual. A adoção

da promoção automática arrasou com o ensino fundamental. Nossos jovens ficaram sem base de acesso à cidadania”, declarou aos formandos o vice-presidente da AEPET.

Fernando Siqueira lembrou ainda que o leilão do megacampo de Libra foi um marco dessa falta de planejamento e preocupação com o Brasil. Segundo ele, o cartel de empresas de petróleo entrou para um pequeno grupo de privilegiados, junto com os bancos, as grandes construtoras e o agronegócio, que desfruta de uma série de benefícios estatais. “A entrega de Libra bateu o recorde de entreguismo de FHC, foi maior do que a entrega da Vale, da Telebrás e da Eletrobrás, juntas. Maior campo do mundo, adquirido pela Petrobrás via cessão onerosa, foi entregue por um leilão de cartas marcadas, após uma série de ações para impedir a Petrobrás de readquiri-lo sozinha. Seja qual for motivo, a campanha eleitoreira deve ter sido o determinante desse crime de lesa-pátria. E ainda mais grave: o governo nomeou para a Pré-Sal Petróleo, que vai fiscalizar a produção do pré-sal, três senhores indicados pela Shell e um pela GE. Agora ela é a Pró-Shell petróleo.”, alertou Siqueira. ●

Petrobrás entrega engenharia para cartel, dizem especialistas

Segundo ex-diretor da AEPET, prática torna projetos até cinco vezes mais caros

A Petrobrás está abrindo mão de técnicas criadas por engenheiros da própria companhia para licenciar tecnologia estrangeira em seus empreendimentos. Segundo engenheiros do Cenpes, a direção da empresa fez uma recente tentativa de cortar pela metade o pessoal dedicado à pesquisa e desenvolvimento da estatal e prefere licenciar tecnologia estrangeira mesmo quando seus técnicos oferecem procedimentos mais eficientes.

Os funcionários da Engenharia Básica do Cenpes começaram a realizar reuniões periódicas para debater ações da diretoria que, de acordo com eles, debilitam a capacidade da companhia de gerar e patentear novas tecnologias. A Engenharia Básica é responsável pela ponte entre a pesquisa e a aplicação tecnológica. Também é papel da Engenharia Básica incorporar a experiência operacional da companhia em suas tecnologias, de forma a disponibilizar projetos com tecnologia de ponta e padrões de eficiência mundial.

O engenheiro Felipe Coutinho explica que a decisão de abrir mão do projeto básico oferecido pelo Cenpes e entregar o empreendimento para empreiteiras em contratos de amplo escopo tem contribuído para que ao final das obras o custo seja até cinco vezes maior. “As empresas se organizam de maneira cartelizada para distribuir entre elas as obras da Petrobrás, com isso maximizam seus lucros em detrimento dos resultados alcançados pela companhia. A obra pode ficar até cinco vezes mais cara, não por uma questão tecnológica, mas por essa estratégia de contratação. São contratos que, por serem muito amplos, são pouco definidos e deixam muitas brechas para que, por exemplo, os advogados das empreiteiras recorram pedindo aditivos”, argumentou Coutinho.

Os contratos de amplo escopo seguem o modelo chamado de EPC, sigla em inglês para a expressão *Engineering, Procurement and Construction*, são contratos que incluem desde a engenharia de



Refinaria Preimium I foi orçada inicialmente em US 2,3 bilhões, mas vai sair por mais de US 20 bilhões

detalhamento, à compra de equipamentos, à construção e instalação das unidades industriais. Quando essa modalidade de contratação é escolhida, além de descartar a tecnologia produzida pelo Cenpes, a Petrobrás só recebe ofertas em licitações das poucas construtoras capazes de realizar o investimento milionário necessário em projetos desse tamanho.

Engenheiro do Cenpes há treze anos, Felipe Coutinho destaca que se as tecnologias do Cenpes fossem adotadas haveria um ganho de produtividade, uma vez que elas foram pensadas diretamente para responder às necessidades da companhia e também seria possível reduzir muito os custos das obras, já que seriam celebrados contratos mais específicos com prazo menor de execução e mais empresas em condições financeiras e técnicas de competir nas licitações. “A Petrobrás detém tecnologias de nível mundial. Se a companhia adotasse o projeto básico do Cenpes poderia fazer contratos de menor escopo e com isso am-

pliaria o número de construtoras concorrentes, reduziria os preços, teria metas mais precisas e prazos menores e mais reais.”

O ex-diretor da AEPET e especialista em licitações e contratos, Guaracy Porto, concordou com as ponderações de Coutinho. Para ele a Petrobrás deveria fazer contratos de menor escopo que privilegiassem indústrias nacionais. “Todas as obras ficam na mão de cinco ou seis empresas, o que está encarecendo muito os projetos. Se voltassem ao que era feito antigamente, quando a Petrobrás tinha todo o controle de todas as etapas das obras, ela poderia realizar a contratação de empresas de menor porte, estimulando a competição, e os preços iriam cair”, opinou.

Cenpes pela metade

De acordo com os engenheiros do Cenpes, em outubro de 2013, a diretoria de Engenharia, Tecnologia e Materiais da Petrobrás determinou a transferência em até dois anos de mais ou menos 50% do

efetivo do centro de pesquisas para frentes operacionais e obra. Os trabalhadores do Cenpes, revoltados com a medida, se mobilizaram com a ajuda da AEPET e do Sindipetro/RJ. A decisão, revogada semanas depois, faz parte, segundo Coutinho, de uma estratégia de enfraquecimento do Cenpes que está sendo implementada. “Apesar de uma retórica de fortalecimento adotada pela Petrobrás, a prática é de enfraquecimento, As tecnologias têm sido descartadas em vários empreendimentos, como no caso das refinarias Premium, em favor de tecnologias estrangeiras. As tecnologias vindas do exterior são contratadas sob justificativas falsas de redução de prazo e de custos que nunca são cumpridas”, avaliou.

Petrobrás nega

Consultada pela reportagem, a Petrobrás informou que tem a Engenharia Básica do Cenpes como seu fornecedor preferencial de tecnologia e projetos sempre que se enquadrarem nas métricas internacionais e se mostrarem competitivos, em termos de prazo e custo, em relação a fornecedores externos. A estatal afirmou ainda que não determinou um percentual efetivo de 50% de transferência de pessoal. Segundo a companhia, a decisão de transferir pessoal do Cenpes foi suspensa para que possa ser realizado um planejamento visando conciliar, da melhor forma, as necessidades de capacitação dos profissionais de projeto do Cenpes com as demandas futuras para os projetos de empreendimentos da companhia. Por solicitação do Cenpes esta orientação foi imediatamente revogada.

Quanto à majoração dos custos dos empreendimentos devido ao uso do modelo EPC, a Petrobrás afirma que a empresa adota outros modelos de contratação em seus empreendimentos, e não apenas o EPC. A companhia considera que não existe uma correlação direta entre o modelo de contratação e os custos dos projetos. ●

Expediente

Presidente:
Silvio Sinedino

Vice-Presidente:
Fernando Siqueira

Diretor Administrativo:
Henrique Sotoma

Vice-Diretor Administrativo:
Pedro Francisco de Castilho

Diretor de Comunicações:
Ronaldo Tedesco

Vice-Diretor de Comunicações:
Paulo Sérgio Decnop Coelho

Diretor de Assuntos Jurídicos:
Paulo Teixeira Brandão

Vice-Diretor de Ass. Jurídicos:
Carlos Roberto dos S. Caldeira

Diretor de Pessoal:
Francisco Soriano de Souza Nunes

Vice-Diretor de Pessoal:
Raul Tadeu Bergman

Diretor Cultural :
Rogério Loureiro Antunes

Vice-Diretor Cultural:
Francisco Isnard Barrocas

Conselho Fiscal
Efetivos: Ricardo Moura de A. Maranhão, Sydney Granja Afonso, Ricardo Latgêde Azevedo

Suplentes: Guilherma Vaz do Couto, Artur de O. Martins, Clóvis C. Rossi

Núcleo
Aepet-Bahia: Jorge Gomes de Jesus

Aepet-BR: Paulo Teixeira Brandão

Aepet-Macacé: José Carlos L. de Almeida

Aepet-NS: Ricardo Pinheiro Ribeiro

Aepet-SE/AL: Francisco Alberto Cerqueira de Oliveira

Delegados
Juiz de Fora: Murilo Marcatto

Espirito Santo: Paulo W. Magalhães

S. José dos Campos: Clemente F. da Cruz

Curitiba: Ernesto G. R. de Carvalho

Pernambuco: Adelson José Leão Brasil

Brasília: Velocino Tonietto

Redação
Editor e Jornalista Responsável:
Júlio César Lobo - 19894

Colaboradores: José Luiz Sombra e Hélio Lopes

Reportagem: Júlio César Lobo

Projeto Gráfico:
Luiz Fernando Nabuco

Arte / Ilustração: Alessandra Bandeira

Diagramação: Alessandra Bandeira

Leilão do gás põe em risco maior aquífero do mundo, dizem ambientalistas

A exploração dos blocos licitados pela ANP durante o leilão do gás, no dia 28 de novembro, traz riscos de contaminação do aquífero Guarani, maior reserva de água doce do mundo, além de ameaçar outros mananciais importantes para o país, segundo ativistas ambientais. A avaliação feita por diversas entidades da sociedade civil e por membro do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente) é de que a pressa para realizar o leilão impediu a consolidação de instrumentos legais capazes de oferecer segurança ambiental à exploração.

Dos 240 blocos ofertados pela ANP, 72 foram arrematados no leilão, localizados nas Bacias de Sergipe-Alagoas, do Paraná e do Recôncavo Baiano. De acordo com Ricardo Baitelo, do Greenpeace Brasil, em todas essas áreas é provável que as empresas decidam explorar o gás de folhelho (conhecido como gás de xisto). A extração do gás de xisto é realizada com a técnica de fraturamento hidráulico capaz de gerar sérios danos ambientais. “Nós estamos bastante preocupados com a sobreposição das reservas de gás de xisto com alguns dos principais aquíferos do país. Pelos elementos químicos empregados no processo, pelo vazamento de metano e pela grande probabilidade de termos a contaminação dos mananciais de água doce, ficamos bastante preocupados. É uma infinidade de substâncias tóxicas que teriam impacto sobre todos os sistemas humanos: sistema digestivo, nefrológico, neurológico, possibilidade de câncer e doenças respiratórias”, afirmou Baitelo, que é coordenador da campanha de clima e energia do Greenpeace Brasil.

O fraturamento hidráulico, basicamente, consiste em perfurar um poço de milhares de metros e provocar explosões



Movimentos sociais chamam atenção para os perigos do fraturamento hidráulico em frente ao hotel Windsor Barra

no trecho horizontal. Uma vez que se tenha feito isso, injeta-se uma mistura de água, areia e um coquetel de cerca de 600 substâncias altamente tóxicas, cuja composição geralmente é mantida em segredo, porque as empresas utilizam a lei de patentes para não revelar seu conteúdo. O coquetel tóxico é necessário para ampliar as microfraturas nas rochas e permitir que o gás natural aflore. Essas pequenas falhas artificiais, usadas para escoar o gás, deixam espaço para que o fluido tóxico penetre nos aquíferos e contamine os lençóis freáticos que estiverem posicionados acima dos locais de exploração.

O coordenador-geral de petróleo e gás do IBAMA, Cristiano Vilardo, alertou que a pressa da ANP em fazer o 12º leilão pode comprometer a segurança ambiental da operação. Segundo ele,

a agência reguladora não tem a estrutura necessária para fiscalizar adequadamente as operações. “Fico bastante assustado com a velocidade que as coisas estão acontecendo. A capacidade de supervisão da ANP me preocupa. A gente sabe que a estrutura que a Agência Nacional do Petróleo tem não é nem de longe tão diversa e exuberante no que diz respeito à parte ambiental”, avaliou.

A ANP garante que está cumprindo as metas de fiscalização estabelecidas para a agência e que deve ampliar o quadro de funcionários dos segmentos responsáveis pela ação nos próximos anos. A agência informou ainda que pretende formar um banco de dados público com as substâncias componentes do fluido tóxico utilizado no fraturamento hidráulico e que vai monitorar a composição para impedir que a lei de

patente seja usada como escudo contra a legislação ambiental. “Se houver necessidade de entrar no sigilo industrial para garantir a segurança ambiental a ANP vai entrar. A ideia é avançar no conhecimento para ajudar os órgãos ambientais a estabelecer a proteção necessária. Uma das soluções pode ser gerar um repertório público sobre as substâncias tóxicas presentes no fluido”, disse o superintendente de segurança operacional e meio ambiente da ANP, Hugo Affonso.

70% dos blocos leiloados não tiveram ofertas

Cerca de 30% dos blocos oferecidos pela ANP foram arrematados dia 28 de novembro durante o leilão do gás, 72 blocos foram vendidos, entre 240 postos em licitação. A ANP arre-



O vice-presidente da AEPET, Fernando Siqueira, aletou para a falta de segurança ambiental na exploração do gás de xisto

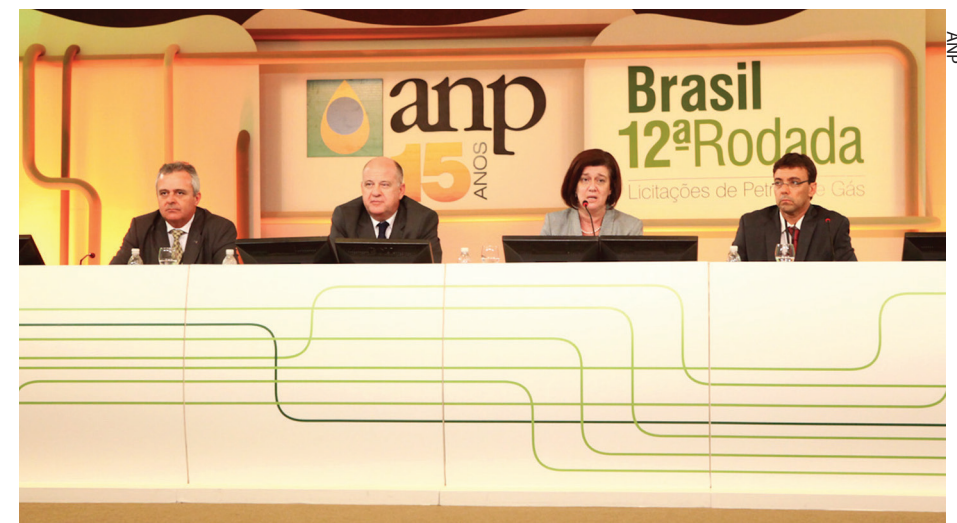
cadou um bônus de assinatura de R\$ 165 milhões, a maior parte do dinheiro será desembolsada pela Petrobrás. A estatal brasileira será operadora em 43 blocos e sócia em outros seis.

No total, 12 empresas fizeram ofertas, oito brasileiras e quatro do exterior. As companhias estrangeiras que arremataram blocos no leilão foram a colombiana Alvo Petro, a francesa GDF Suez, a Geopark (Bermudas) e a Trayectoria (Panamá).

O presidente do Instituto Brasileiro do Petróleo, IBP, João Carlos de Luca explicou que as empresas privadas preferiram as bacias maduras onde já há infraestrutura e os riscos exploratórios são menores. “Não é só descobrir e desenvolver a produção do gás. Como vamos escoar a produção em áreas sem

infraestrutura? A Bacia do Paraná ainda é um desafio do ponto de vista geológico, mas está bem mais perto dos mercados. E em Sergipe-Alagoas há infraestrutura”, explicou.

Somente a Petrobrás se arriscou a arrematar áreas de menor infraestrutura como o bloco na bacia do Acre. Rodolfo Landim, presidente da Ouro Preto óleo e gás, reconheceu o protagonismo da estatal brasileira. “Nós temos que bater continência para Petrobrás. Ela é a grande líder do setor, capaz de vencer grandes desafios como esses”, afirmou.



ANP não conseguiu vender cerca de 70% das jazidas oferecidas no leilão do gás

— Entrevista —

Carlos Lessa: os leilões dissolvem a economia brasileira



Alessandra Bandeira

O ex-presidente do BNDES e professor do Instituto de Economia da UFRJ, Carlos Lessa, não tergiversa. Em uma hora de entrevista, ele analisou os leilões do petróleo e os rumos da economia do país com a inflexão incisiva de quem não teme a censura alheia. Sem hesitar, o professor Lessa destaca que o governo Dilma contou “um conjunto de mentiras” à população para maquiá-lo positivamente o leilão de Libra. Com a clareza dos grandes mestres, ele explica as possíveis armadilhas por trás do entusiasmo sobre o gás de folhelho (conhecido popularmente como gás de xisto) e o papel central que o petróleo pode ocupar no desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Assista também a entrevista do professor Lessa ao Debate Brasil. É só acessar www.aepet.org.br/debatebrasil.

AEPET Notícias: O senhor foi uma das vozes que mais se levantaram contra o leilão do megacampo de Libra. Por quê?

Carlos Lessa: Primeiro que eu estou com setenta e tantos anos e a minha mais antiga memória de participação de alguma coisa intensa pelo meu país foi a campanha “O Petróleo é Nosso”, na primeira metade dos anos 50. Eu acompanhei a campanha com os olhos atentos e o coração mobilizado porque nós daquela campanha acreditávamos que a chave para o Brasil chegar à modernidade seria dominar a economia do petróleo e o discurso derrotista da época era que o Brasil não tinha competência nenhuma: nem econômica, nem financeira, nem técnica, nem gerencial para se meter nisso. Isso era tarefa para empresa de país desenvolvido. Era tarefa para as sete grandes petroleiras que dominavam o mundo.

A campanha foi vitoriosa. Foi criado o monopólio estatal do petróleo e saiu a Petrobrás que surgiu de um esforço enorme de capitalização feito dentro do país porque não apenas o poder público esforçou-se muito para permitir que ela desse o seu passo inicial, mas também todas as pessoas que utilizavam qualquer produto derivado do petróleo fizeram substituições compulsórias por artigos da Petrobrás. De certa maneira ela nasceu como uma em-

presa dos brasileiros e se converteu numa das maiores empresas de energia do mundo.(...) Uma das coisas que mais me indigna é ver o argumento do início dos anos 50 de que o Brasil não tinha competência, agora colocado em outro discurso, que diz que a Petrobrás não é capaz, por restrições operacionais e financeiras, de desenvolver a economia do pré-sal que ela descobriu. É o mesmo discurso de 50 e tantos anos atrás dos que defendiam a não criação da Petrobrás e diziam que o petróleo era coisa muito séria para ser feita pelo Brasil. Essa postura antinacional sempre existiu, e eu a vejo reaparecer dizendo que o Brasil precisa explorar logo o pré-sal.

AN: E quanto ao argumento de que o pré-sal é muito arriscado e de que a Petrobrás não teria condições financeiras de explorá-lo?

Lessa: O problema do risco, por definição, existe no negócio do petróleo. Apenas certa percentagem dos poços furados dão petróleo, mesmo quando a geologia é muito boa. Mas, todas as vezes que você opera em grande escala, dilui o risco e supera o risco.

Quanto ao argumento financeiro, o que mais se comenta é que a Petrobrás teve suas margens de lucro reduzidas no processamento de diversos produtos principalmente óleo diesel, gasolina e gás de

cozinha. Essa redução da margem de lucro está afetando o caixa da empresa porque a Petrobrás está tendo que importar gasolina. Vou partir da hipótese de que este diagnóstico esteja certo. É inteiramente correto subsidiar gás de cozinha por uma razão muito simples: quem usa gás de cozinha no Brasil, predominantemente, é a população que não tem rede de distribuição de gás encanado e essas populações são populações de renda mais baixa, que construíram suas residências nas periferias, aonde não existe a infraestrutura de gás encanado. Então é absolutamente correto que se subsidie o gás de cozinha.

No caso do diesel é preciso ter em mente que há uma matriz de transporte no Brasil toda depositada em cima da rodovia. E o custo de transporte rodoviário é muito mais caro que o ferroviário e muitas vezes mais caro que o hidroviário. Acredita-se que a relação seja de três vezes, ou seja, se uma tonelada custa 1 por hidrovia, vai custar 2 por ferrovia e por rodovia vai custar 3(...). A logística brasileira é muito ruim. Se nós evoluíssemos, por exemplo, robustecendo a marinha mercante brasileira, nós reduziríamos muito o volume rodoviário, reduzindo os custos. É inacreditável que um país que tem 7.500 km de costa marítima e duas bacias hidrográficas enormes, a do Amazonas e a do Prata, não

use navegação de cabotagem(...). Não usando navegação de cabotagem nem tendo ferrovia, tudo vai pra cima dos caminhões e aí, mexer no óleo diesel vai repercutir sobre custos de produção. Agora, o subsídio à gasolina eu não consigo entender.

AN: O aumento recente da frota de automóveis devido a isenções fiscais é uma boa razão?

Lessa: Sim, eu venho dizendo isso. Criou-se um motivo eleitoreiro. Se mexer nisso perde a eleição, porque todas as famílias se endividaram comprando automóvel, e se o preço da gasolina subir muito, Dilma não se reeleger. Então, o governo tem de estabilizar a economia de qualquer jeito, mesmo que tenha que entregar o pré-sal.

AN: Os leilões do petróleo não podem aliviar a crise econômica pelo volume de recursos investidos?

Lessa: A curtíssimo prazo até alivia. Mas a logo prazo, os leilões de petróleo dissolvem a economia brasileira. O petróleo precisa ser usado para desenvolver as forças produtivas brasileiras. Do contrário, podemos sofrer daquilo que os economistas europeus chamaram de doença holandesa.

AN: Mas, a Petrobrás não teria problemas para arregimentar os recursos necessários para viabilizar sozinha a produção do pré-sal?

Eu acho que esse raciocínio é um conto do vigário que está se passando para o Brasil, equivalente àquele que lá nos anos 50 dizia que o país não teria competência para ter uma empresa de petróleo. É mais ou menos uma versão modernizada daquele argumento, que foi negado objetivamente pela presença da Petrobrás. É óbvio que a Petrobrás é uma das empresas do mundo que tem mais condições de mobilizar recursos. Na verdade, eu acho que se a diplomacia e a engenhosidade brasileira estivessem voltadas para resolverem o financiamento da Petrobrás, essa questão seria resolvida com relativa facilidade por conta das reservas brasileiras de petróleo e por conta do que o Brasil poderia fazer dispondo dessas reservas.

A coisa mais relevante para os países da OPEP(Organização dos Países Exportadores de Petróleo) é o preço do petróleo. O Brasil vai operar com o preço da OPEP. Aliás, é necessário que o preço da OPEP se mantenha, porque caso contrário, se o preço cair muito, a capacidade brasileira de extrair petróleo se reduz violentamente devido aos custos de produção. Então, a Petrobrás pode sempre argumentar com os países da OPEP para que eles a financiem e assim a companhia segure o ritmo de produção desse petróleo e não afete o preço no mercado

internacional. Do ponto de vista nacional, ao invés de mandar petróleo para fora, eu prefiro que nós mandemos trabalho produtivo dos brasileiros.

AN: O que significa mandar trabalho produtivo dos brasileiros para fora?

Lessa: Petróleo é variável-chave para multiplicar empregos dentro do país. Eu diria que o ritmo de exploração do petróleo brasileiro deve ser dado pelo ritmo da criação desses empregos. Ou seja, (precisamos) ter um projeto de ampliação do mercado interno brasileiro. Energia é fundamental para que o padrão de vida das pessoas melhore. Sem o aumento da disponibilidade e o uso da energia dentro de um país você não consegue isso. Exportar energia pode produzir uma coisa catastrófica como produziu na Holanda.

Quando a Holanda descobriu o gás no Mar do Norte, viveu um período de abun-

mas dizem que depois do primeiro ano já se perde 25% do campo e em quatro anos fica anti-econômico perfurar o poço porque o fator de recuperação é muito baixo. Além disso, a distribuição é cara porque você tem que transportar por gasodutos cada vez mais extensos. Uma das coisas que os Estados Unidos têm é a felicidade de possuir gás de xisto embaixo da maior concentração industrial americana. Porém, mesmo assim, companhias importantes abriram mão de suas operações com gás de xisto. Eu vi outro dia que uma unidade importante da Flórida estava encerrando operações.

Há também outra coisa sobre a qual eu quero chamar a atenção. O fato de eu vetor combustível deixar de ser o vetor central da tecnologia nova, não significa que ele é cancelado. A lenha foi a base antes da revolução industrial. A madeira perdeu importância? Não, hoje

É mentira que a maior parte dos ganhos com o leilão de Libra vá ficar no país

dância cambial e desmantelou sua indústria e sua agricultura, que era espetacular. Quando as reservas de gás começaram a diminuir, os holandeses descobriram que a retaguarda produtiva tinha sido atrofiada. Os economistas europeus chamam isso de doença holandesa. Imagina a doença holandesa quando temos que lidar com petróleo!

AN: Alguns analistas apontam que o gás de xisto dos Estados Unidos está provocando uma revolução energética e levará ao declínio do preço do petróleo.Qual a opinião do senhor sobre isso?

Lessa: Eu não tenho formação tecnológica nem geológica para poder discutir as oportunidades e potencialidades do gás de xisto, mas o que eu escuto é que algumas grandes petroleiras investiram muito em gás de xisto e se retiraram contabilizando como perdas. Entre elas está a Shell.

Aparentemente, o gás de xisto tem custo de investimento elevadíssimo e de durabilidade muito reduzida, por exemplo, não sei se é verdade, os geólogos que me desculpem,

tem um valor colossal e cada vez mais você faz madeira conglomerada com pó de serra de qualquer madeira.

O carvão foi substituído pelo petróleo. Mas o carvão tem uma importância central para toda a indústria siderúrgica e metalúrgica do mundo, além de ter uma quantidade enorme de usos químicos.

Eu não sei se é verdade, mas alguém já me disse que do petróleo tiramos três mil subprodutos. Então, imaginar que, porque o petróleo vai ficando escasso, ele vai não valer nada, é uma bobagem que não corresponde à observação dos antigos combustíveis do passado. Todos eles são usados no presente.

O petróleo é, de todos os combustíveis, o que você gasta menos combustível para obter mais equivalente-combustível. Então, ele é o mais eficiente dos combustíveis que você obtém. Vai desaparecer essa eficiência?

Mesmo que apareça um substituto, ele não vai desvalorizar as reservas de petróleo. Porque o novo combustível não vai substituir todos os usos que o petróleo tem.

Além disso, na minha visão, o pré-sal era para ser utilizado pelos brasileiros, para desenvolver a produtividade interna do Brasil. Deveria ser o combustível no qual nós estaríamos apostando no amanhã, junto com a energia elétrica. Se a mão de Deus colocou aqui as reservas do pré-sal e um potencial hidrelétrico enorme, isso é para os brasileiros desenvolverem suas forças produtivas, não é para o Brasil se esvair mandando isso pra fora. Tínhamos que perguntar aos brasileiros, o que eles querem que se faça com o petróleo. Abrir uma discussão séria sobre essa questão.

AN: Mas, segundo os cálculos do governo, mesmo com a privatização do nosso petróleo, a maior parte da renda gerada a partir da exploração do pré-sal ficará no Brasil, o que garantiria que o desenvolvimento de toda a cadeia industrial ligada ao petróleo aconteceria no país. O senhor não acha que essa é uma compensação suficiente?

Lessa: Isso me parece uma mentira. Na verdade, um conjunto de mentiras. Em primeiro lugar, o leilão de Libra foi um leilão de desnacionalização, mesmo com a Petrobrás mantendo 40% de participação. Não podemos esquecer que o governo FHC já havia vendido 31% das ações ordinárias da Petrobrás na bolsa de Wall Street. Então, um terço do capital votante da Petrobrás já está lá fora.

O segundo ponto é que os outros 60% do óleo-lucro de Libra foi para a Shell, Total e duas chinesas (CNPC e CNOOC). A Shell tem por trás os mesmos grandes grupos de interesse que estão por trás da Total, que é uma combinação de fundos Rockefeller-Rotshild, que são também os maiores compradores de ações da Petrobrás na bolsa de Nova Iorque. Então, não é verdade que a maior parte dos benefícios de Libra vá ficar no Brasil.

Artigo

Como matar o setor de petróleo

Paulo Metri

Conselheiro do Clube de Engenharia

Na década de 1990, auge do período neoliberal, Betinho escreveu um capítulo do livro “Em defesa do interesse nacional”, cheio de ironia e bom humor mas, muito sério, intitulado “Como matar uma estatal”. No capítulo, ele descreve todas as ações que um “bom administrador” deveria tomar para atingir seu objetivo de matar a estatal. Nos dias atuais, se ainda estivesse entre nós, ele talvez escrevesse sobre como matar o setor de petróleo. Imaginamos que o novo texto ficaria da seguinte forma:

Cria-se um arcabouço jurídico e institucional, que privilegia a competição, não importando se os agentes econômicos são nacionais ou estrangeiros. O fato de ser nacional não significa que deva ter algum privilégio em qualquer disputa.

O petróleo, o gás natural e os derivados devem ser considerados como simples commodities, que não possuem valor geopolítico e estratégico algum, ou seja, não possuem nenhuma atração além da rentabilidade.

Promovem-se leilões em que um único pagamento inicial pode definir a permanência de empresas produzindo petróleo em uma área durante até 35 anos, pagando parcelas mínimas de

royalties e, quando for o caso de altas produções, de “participações especiais”.

Facilita-se ao máximo a entrada de bens e serviços estrangeiros no setor, a pedido das empresas petrolíferas estrangeiras, isentando-os de impostos e taxas, que os nacionais não têm.

A cada oportunidade de fala à imprensa, deve-se realçar que as decisões da diretoria do órgão regulador são técnicas, significando que ele verifica a competição e o desempenho das empresas. Nunca se toma uma decisão com o singelo argumento que ela irá beneficiar a sociedade brasileira. O órgão regulador não é um órgão que deve implantar políticas públicas, nem deve levar em conta nas suas decisões que o Brasil é um país em desenvolvimento, com características culturais específicas e inserido no espaço geopolítico mundial.

Doma-se a estatal do setor, para, amofinada, não participar de leilões e permitir a entrega rápida de blocos para as empresas estrangeiras. Mas ela deve participar de um mínimo de leilões de blocos, para não poderem identificar a estratégia de entrega do subsolo nacional.

Escolhe-se um administrador para regular o setor, que diminua ao máximo



o risco dos agentes econômicos, usando a União como colchão amortecedor dos riscos empresariais, garantindo, desta forma, a atratividade dos leilões de áreas petrolíferas e comprometendo a arrecadação de tributos do setor.

Todos os administradores deste modelo devem recriminar, claramente, a fase anterior do monopólio estatal, classificando-a de jurássica e nunca entrando no debate dos benefícios e comprometimentos de cada modelo. Inclusive, só os supostos malefícios do monopólio devem ser denunciados, sistematicamente.

A mídia comercial deve ser “comprada” pelos agentes econômicos do setor, exceto a estatal. Obviamente, as notícias serão filtradas para transmitirem só os interesses das empresas estrangeiras.

Notícias ruins da empresa estatal devem ser privilegiadas para irem para a “mídia vendida”. Quanto mais notícias deste tipo “vazarem”, mais os papéis desta empresa irão cair, o que é desejado. Tudo isto para prepará-la para uma privatização futura, quando ela voltará a ser administrada “tecnicamente” e será eficiente. Não falam, mas se referem a uma “eficiência” sob o ponto de vista de remessa de dividendos para os acio-

nistas, principalmente os estrangeiros. Não se trata de uma “eficiência social”. Entrega-se uma parcela dos royalties para estados e municípios, para existirem adesões cegas ao modelo completo, graças a só um artigo da lei, o dos royalties.

Colocam-se recursos do Fundo Setorial do Petróleo para professores administrarem cursos e programas sobre o petróleo com viés neoliberal, o que deixa alguns membros da academia felizes.

Quando um campo gigante for descoberto pela estatal, ele deve ser rapidamente retomado pelo órgão regulador, para fazer um mega-leilão de petróleo, com endereço conhecido, para o governo de contadores fechar as contas e para a felicidade do Império.

Depois de 20 anos de aplicação destes princípios, os mais jovens, sem possibilidade de comparação com outro modelo e com a mídia os alienando, estarão dominados. Os poucos conscientes remanescentes, que presenciaram os benefícios do monopólio estatal para um país em desenvolvimento como o Brasil, estarão aposentados ou mortos. Neste momento, o golpe fatal pode ser dado com a privatização da Petrobras. ●